

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.584 - RO (2019/0322413-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : JOSÉ CARLOS LAUX
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS LAUX (EM CAUSA PRÓPRIA) - RO000566
EMBARGADO : COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO
SUL RONDONIENSE - SICOOB CREDIP
ADVOGADOS : NOEL NUNES DE ANDRADE E OUTRO(S) - RO001586
JOELMA ANTONIA RIBEIRO DE CASTRO - RO007052

DECISÃO

Tratam-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ CARLOS LAUX contra a decisão de fls. 588/590, da lavra desta relatoria, que negou provimento ao recurso especial, afastando as alegações de ofensa ao art. 5º, LV, da Constituição Federal e aos arts. 3º, 7º, 9º, 10, 437, §§ 1º e 2º e 489, do Código de Processo Civil.

Nas razões dos aclaratórios, a parte embargante afirma, em resumo, que *"a respeitável decisão monocrática, cuja a análise não enfrentara, matérias de ordem pública, ou seja, a r decisão não analisou o objeto principal de matéria de ordem pública objeto do recurso especial e do agravo a ser interposto, que infirmariam a decisão de 2º Grau sendo seus fundamentos para o não conhecimento descritos nos itens da R decisão diversos do objeto do Recurso Especial em tela; visto que, quanto ao item 'I' do fundamento atacado; há nos autos do Recurso Especial, impugnações expressas e específicas de violações a disposições legais contidas em leis federais na Decisão de 2º grau, como; as dos artigos, da Constituição Federal arts. estabelecida no princípio do contraditório, previsto no art. 5º, LV, da Constituição Federal; e, em Leis Federais como o Código de Processo Civil em seus artigos 3º ; 7º; 9º; 10 e art. 437, § 1º e 2º, e, planilha estabelecida na Lei Federal de nº 13.465 de 11 de julho de 2017 e a qual negou-se a conhecer e proferir decisão ao negar provimento ao Recurso Especial"* (fls. 592/593).

Apesar de intimada, a parte embargada não apresentou contrarrazões, conforme notícia a certidão de fl. 598.

A parte embargante, às fls. 601/610, pugnou pela atribuição de efeito suspensivo aos embargos de declaração.

É o relatório.

Passo a fundamentar.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer *obscuridade*, eliminar *contradição* ou suprimir *omissão* de ponto ou questão sobre a qual se devia pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como corrigir *erro material* (CPC/2015, art. 1.022). Portanto, é inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

No caso dos autos, a parte embargante afirma, conforme anteriormente relatado, que a decisão embargada seria omissa, uma vez que não teria enfrentado questões suscitadas nas razões do apelo nobre.

De um simples perscrutar do *decisum*, no entanto, percebe-se que toda a matéria aduzida no recurso especial restou analisada. A princípio, com relação à alegada ofensa a dispositivo constitucional, restou decidido que "*não se admite apreciação, nesta instância excepcional, de matéria constitucional, ainda que seja a título de prequestionamento objetivando a interposição de recurso extraordinário*" (fl. 588).

Quanto à alegação de ofensa ao art. 489 do Código de Processo Civil, assim restou decidido, *in verbis*:

"Também não prospera a alegada ofensa ao art. 489, do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia relativa à intimação do recorrente para se manifestar sobre os documentos juntados aos autos. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte." (fl. 588)

Por fim, no tocante à alegação de cerceamento de defesa concluiu-se que o entendimento firmado pela Corte estadual estaria em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, porquanto restou consignado no v. acórdão recorrido que "*foi devidamente oportunizada ao recorrente a manifestação sobre o laudo pericial acostado aos autos e que não havia que se falar em carga exclusiva dos autos, pois o prazo para manifestação sobre laudo pericial é comum e corre em Cartório*" (fl. 589).

Os presentes embargos declaratórios revelam, portanto, o nítido propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que é defeso por meio da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nestes aclaratórios.

A propósito, alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.

1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.

2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos

processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.

3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

4. A insurgência revela propósito manifestamente protelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa."

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.

2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de

Superior Tribunal de Justiça

propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.

3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.

4. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 28.10.2008, grifou-se)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração, ao tempo em que reputo por prejudicado o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso formulado às fls. 601/610.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator